

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.631 - RS (2019/0235821-3)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
AGRAVADO : MARCIO FELTEN FLORES
ADVOGADO : ALESSANDRO BECKER - RS057075
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
KARIN WIETZKE BRODBECK - RS047125
INTERES. : SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA
ADVOGADO : MARCO ANTÔNIO GOULART - RS043427

DECISÃO

Trata-se de Agravo interposto contra decisão do Tribunal de origem que não admitiu o Recurso Especial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sob o fundamento de que "o acolhimento das teses da parte recorrente pressupõe o reexame do acervo fático-probatório [...]".

Constato que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007.

No mais, o agravante defende o afastamento da Súmula 7/STJ sob a seguinte argumentação (fl. 468, e-STJ):

A pretensão da Autarquia Federal é o devido enquadramento jurídico deste fato, ou seja, que não existe a possibilidade de elastecimento posterior ao período de utilização de 2015/1.

[...]

Assim, a estudante contratou 09 (nove) semestres para financiar, iniciando no 1º semestre de 2010, portanto o prazo de utilização encerraria no 1º/2014. Contabilizando ainda a permissão legal de dilatar por mais 2 (dois) semestres o aditamento se estenderia no máximo até o 1º semestre de 2015, portanto inviável o aditamento de renovação após este período, o país não possui capacidade financeira para realizar financiamento estudantil por prazo indeterminado, por quantas vezes o estudante quiser.

Ocorre que as razões adotadas na sentença de primeira instância, replicadas pelo Tribunal de origem, foram no sentido de que "todos os réus

reconhecem, ainda que indiretamente, as dificuldade encontradas pelo autor no aditamento de seu contrato. Houve falha de comunicação entre o aluno, a Instituição de Ensino e o FNDE, o que, considerando o tempo faltante para a conclusão do curso - apenas dois semestres -, bem como as finalidades do FIES, deve ser relevado".

Esses motivos – que constituem o fundamento central do acórdão recorrido – não podem ser desconstituídos senão mediante o reexame de fatos e provas, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC/2015, **nego provimento ao Agravo.**

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 2% (dois por cento) os honorários fixados na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator